

NOTÍCIA

Segurança jurídica (para leigos) – I

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

**Membro eleito da Academia Norte-rio-grandense de Letras
mnrddantas@uol.com.br**

Tenho percebido, em muitas pessoas que não são da área do Direito, uma preocupação cada vez maior com um tema que antes parecia não despertar tanta atenção: a segurança jurídica. As pessoas, cada vez mais, parecem ter dificuldade em saber como se comportar e de que modo agir diante do mundo das normas.

Segurança jurídica é um conceito contemporâneo, pós-revolução francesa. É filho do constitucionalismo, iniciado com a Carta americana de 1787, e do movimento de codificação do Direito nos países da Europa continental, desencadeado com o código civil de Napoleão, de 1804. Evidentemente, muita doutrina foi escrita a respeito, e, em especial nos países de filiação jurídica inglesa, a jurisprudência — notadamente o respeito aos precedentes — muito contribuiu para sua consolidação.

Durante um longo tempo, a ideia de segurança jurídica, entre nós, centrou-se na questão da legalidade. Saber se dada conduta estava conforme à lei (e a seus regulamentos) era a grande obsessão. Essa visão exegética, literal e burocrática — às vezes esquecida da finalidade da lei — foi marcante até o final do séc. XX.

Essa concepção é ainda a prevalente para muitas pessoas, que costumam achar que a segurança jurídica é simplesmente a observância das “regras do jogo”, mas esse pensamento é muito reducionista.

Afinal, segurança jurídica tem a ver, principalmente, com o correto funcionamento das Instituições: Poderes legítimos, independentes, que se limitam uns aos outros; eleições limpas e periódicas, com a alternância das correntes políticas e a rotatividade dos mandatos; transparência da administração e mecanismos de fiscalização e prestação de contas; isenção dos julgadores, razoável previsibilidade de seus julgados; respeito aos contratos, tanto pelas partes que o celebram como pelo Estado, observância aos direitos adquiridos, aos atos jurídicos perfeitos e aos casos já julgados são alguns de seus elementos primordiais.

Daí ser possível dizer que um novo paradigma de segurança jurídica, iluminado mais pelos princípios da Constituição do que meramente pela lei, foi tomando forma. E aqui no Brasil, esse foi o momento da Constituição de 1988.

Sim, porque a Constituição deixou de ser vista como aquela norma que fazia apenas declarações solenes e belas como promessas ao vento, e passou a ser tida como regra vinculativa que precisava ser obedecida efetivamente. Inclusive quanto aos chamados direitos sociais. Nesse aspecto, o papel do Ministério Público, em nosso país, agigantou-se, até pela própria conformação que o constituinte lhe deu: não mais unicamente o órgão encarregado, na área penal, de buscar a punição dos crimes e, no cível, de velar pelos menores e incapazes, como em muitos Países. Não. Aqui lhe foi dada uma missão ampla de zelar pelo interesse

público em praticamente quaisquer esferas, em Juízo e fora dele.

Paralelamente, outro fenômeno decorrente dessa constitucionalização da compreensão do ordenamento foi o de introduzir definitivamente os princípios jurídicos (muitos dos quais oriundos da constituição) ao lado das meras regras (em geral decorrentes de lei). Pois bem. Isso passou a propiciar ao aplicador do direito — tanto àquele que o aplica de ofício (o administrador, o Executivo) como ao que o faz mediante provocação (o julgador, o Judiciário) — uma esfera de liberdade maior.

Consequentemente, há uma complexidade muito maior do que o simples conhecimento de quais são as “regras do jogo”. Porque às vezes não se sabe nem quais são as regras nem que jogo é esse!

E isso é bom ou mau para a segurança jurídica? Eis o assunto da continuação deste artigo.

*O mesmo artigo saiu no jornal Tribuna do Norte, nesta mesma data